

APÊNDICE A – RELATÓRIO TÉCNICO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL
EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR -
POLEDUC**

RELATÓRIO TÉCNICO

**AÇÕES INSTITUCIONAIS PARA INCLUSÃO DO ALUNO COM
DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO
GROSSO**

Assunto: Produto técnico oriundo dos resultados da dissertação “**PERSPECTIVAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR**” pertencente ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas e gestão da Educação Superior

**CÁTIA REGINA PORTA
EVELINE PINHEIRO BESERRA
FORTALEZA, 2026**

1. Identificação

Objeto:

Avaliação das práticas institucionais da Universidade do Mato Grosso (UNEMAT) para inclusão voltadas a estudantes com deficiência visual.

Natureza:

Análise técnico-qualitativa

Finalidade:

Emissão de parecer técnico sobre efetividade, limites e aderência das práticas institucionais à legislação e aos princípios da educação inclusiva na Universidade Estadual do Mato Grosso

2. Contextualização

O presente relatório analisa as práticas de inclusão adotadas pela UNEMAT a partir de relatos de estudantes cegos, considerando dimensões estruturais, pedagógicas, tecnológicas, institucionais e sociais. A análise dialoga com os princípios da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), do Decreto nº 5.296/2004 e do conceito de acessibilidade plena e equidade educacional.

3. Análise Técnica das Práticas de Inclusão

3.1. Trajetória educacional e suporte familiar

Os dados evidenciam que a deficiência visual, sobretudo quando adquirida, constitui um evento crítico na trajetória educacional, impactando autoestima e permanência acadêmica. Observa-se forte dependência do capital educacional familiar como principal fator de compensação das fragilidades institucionais.

3.2. Acessibilidade física, tecnológica e apoio institucional

Constata-se a existência ainda de barreiras arquitetônicas graves, como ausência de piso tátil, rampas inadequadas e trajetos inseguros, configurando risco à integridade física e violação do direito à mobilidade autônoma.

No campo tecnológico, a inexistência de sistemas institucionais acessíveis,

laboratórios adaptados e tecnologia assistiva compromete diretamente a autonomia dos estudantes. A inclusão ocorre majoritariamente por iniciativas individuais, e não por políticas institucionais consolidadas, evidenciando ainda fragilidade na governança da inclusão na instituição.

3.3.Práticas pedagógicas e formação docente

Os docentes aparecem como agentes centrais do processo inclusivo; entretanto, predomina o despreparo pedagógico para lidar com estudantes cegos. A ausência de formação específica resulta em práticas inadequadas, como avaliações não acessíveis, uso excessivo de recursos visuais e desconhecimento dos direitos educacionais.

A recorrente necessidade de o estudante orientar o professor sobre como incluí-lo caracteriza inversão de responsabilidades institucionais.

3.4.Processos de ensino-aprendizagem

As barreiras pedagógicas afetam diretamente a equidade de aprendizagem, sobretudo em cursos com forte componente prático ou uso intensivo de softwares. A limitação do uso de leitores fora do horário de aula e a sobrecarga cognitiva causada pelo duplo canal auditivo (docente + leitor) prejudicam o desempenho acadêmico e a autonomia intelectual dos estudantes.

3.5.Vivência universitária, pertencimento e inclusão social

Embora exista respeito formal, os relatos apontam isolamento social, baixa participação em atividades acadêmicas e extensionistas e fragilidade nos vínculos interpessoais. Manifestam-se barreiras atitudinais e episódios de capacitismo, revelando que a inclusão ainda não se consolida como valor institucional compartilhado e preconceito social.

3.6.Permanência e assistência estudantil

Os auxílios assistenciais, como bolsas e leitores, são reconhecidos como importantes, porém insuficientes para garantir permanência com qualidade. A ausência de políticas estruturantes gera insegurança quanto à conclusão do curso e evidencia risco de evasão acadêmica.

3.7. Governança institucional da inclusão

Os dados demonstram inexistência de uma política institucional integrada de inclusão, com ausência de protocolos formais, indicadores, monitoramento contínuo e articulação intersetorial. As ações são fragmentadas, reativas e pouco sistematizadas, comprometendo a efetividade das práticas inclusivas, ainda com atuação não consolidada.

4. Parecer Técnico

À luz da análise realizada, emite-se o seguinte parecer técnico:

As práticas de inclusão para estudantes cegos na instituição avaliada são consideradas parciais e frágeis sobre a ótica dos participantes, não atendendo de forma plena aos princípios da acessibilidade, da equidade educacional e da autonomia. Embora existam iniciativas pontuais e boa vontade individual de alguns profissionais, estas não configuram uma política institucional estruturada, resultando em: Dependência excessiva de terceiros; Comprometimento da autonomia acadêmica; Desigualdade no acesso ao currículo; Fragilidade na permanência e no pertencimento universitário e Risco de evasão.

5. Conclusão

Conclui-se que a efetivação da inclusão exige mudança estrutural, com fortalecimento da governança institucional, investimentos em acessibilidade física e tecnológica, formação docente continuada e consolidação de uma cultura inclusiva. A inclusão não pode permanecer dependente de ações individuais, devendo ser assumida como responsabilidade institucional permanente, monitorada por indicadores e alinhada às políticas públicas de educação inclusiva.

Em anexo, a sugestão de um **PLANO DE AÇÃO** para a Instituição de Ensino Superior Pública estudada, levando em consideração a análise dos resultados e os critérios pré-estabelecidos:

1) Quanto a Tecnologia Assistiva;

- Disponibilizar softwares leitores de tela (NVDA, JAWS) em todos os laboratórios de informática.
- Criar acervo digital acessível em formato compatível com leitores de tela.
- Implantar audiolivros e materiais em formato Daisy para disciplinas

obrigatórias.

2) Quanto a Infraestrutura Física:

- Instalar sinalização em braille em salas, banheiros e bibliotecas.
- Criar mapas táteis dos campi para orientação espacial.
- Adequar iluminação e contraste nos ambientes para estudantes com baixa visão.

3) Quanto a Práticas Pedagógicas:

- Oferecer capacitação docente em metodologias inclusivas (uso de descrição verbal de imagens, materiais acessíveis).
- Criar banco de provas e avaliações adaptadas em formato digital acessível.
- Estabelecer tutoria acadêmica com monitores treinados para apoiar estudantes cegos.

4) Quanto a Integração Social

- Organizar eventos culturais e esportivos acessíveis (com audiodescrição e guias voluntários).
- Criar grupos de convivência e extensão voltados à inclusão social.
- Estimular projetos de pesquisa e extensão sobre acessibilidade e inclusão.

5) Gestão e Monitoramento

- Implantar protocolo formal de acolhimento desde a matrícula até a conclusão do curso.
- Criar Núcleo de Acessibilidade e Inclusão com equipe multidisciplinar (pedagogos, psicólogos, técnicos em TI).
- Estabelecer indicadores institucionais de inclusão e publicar relatórios anuais de acompanhamento.